

Programa Escola das Adolescências: desafios e perspectivas para os Anos Finais

Sandra Maria Lima Soares de Souza¹
<https://orcid.org/0009-0002-8669-7023>

Sandra Lúcia Ferreira²
<https://orcid.org/0000-0002-6891-1332>

Resumo

O Programa Escola das Adolescências – Portaria nº 635/2024 – é uma política educacional voltada para a melhoria das aprendizagens dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental. Este artigo tem como propósito retratar os desafios que permeiam essa importante etapa da Educação Básica e examinar as características dos adolescentes, que nela estudam. O objetivo central é realizar uma revisão sistemática com foco em pesquisas que tenham como centro de interesse os anos finais do ensino fundamental, com ênfase especial no 9º ano. Pretende-se não apenas mapear as produções acadêmicas (Teses e Dissertações), mas também analisar as abordagens teóricas e metodológicas utilizadas para investigar essa faixa etária. A partir da análise das pesquisas na área da Educação, identifica-se uma lacuna nos estudos específicos sobre o 9º ano, o que reforça a importância desta revisão.

Palavras-chave: Programa Escola das Adolescências; adolescente; anos finais ensino fundamental.

Abstract

The Adolescent School Program – Ordinance No. 635/2024 – is an educational policy aimed at improving the learning of students in the final years of elementary school. This article aims to portray the challenges that permeate this important stage of Basic Education and examine the characteristics of adolescents who study in it. The central objective is to carry out a systematic review focusing on research that focuses on the final years of elementary school, with special emphasis on the 9th year. The aim is not only to map academic productions (Theses and Dissertations), but also to analyze the theoretical and methodological approaches used to investigate this age group. From the analysis of research in the area of Education, a gap in specific studies on the 9th year is identified, which reinforces the importance of this review.

Keywords: Adolescent School Program; adolescent; final years of elementary school.

Referência: SOUZA, Sandra Maria Lima Soares de. FERREIRA, Sandra Lúcia. Programa Escola das Adolescências: desafios e perspectivas para os anos finais. **Revista Estudos Aplicados em Educação**, v. 10, e20259805, 2025. DOI <https://doi.org/10.13037/reae.vol10.e20259805>

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação, na Linha de Políticas Públicas, pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), São Paulo, Brasil. E-mail: sandranls67@gmail.com

² Doutorado pelo Programa de Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), Educação (PPGE) e Formação de Gestores Educacionais (PPGP-GE). Email: 07sandraferreira@gmail.com



1 Introdução

O Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC) editou a Portaria nº 635/2024, que institui o Programa Escola das Adolescências em parceria com Estados e Municípios brasileiros, visando a contribuição do poder público para o alcance de trajetórias escolares mais bem-sucedidas. Para tanto, tem como objetivo atingir as metas 2 e 7 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) voltadas para esta etapa da Educação Básica. A meta 2 objetiva garantir o acesso de crianças de 6 a 14 anos ao ensino fundamental (EF) e a sua conclusão na idade recomendada. Já a meta 7, visa melhorar o fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, de modo a atingir, até 2021, indicadores satisfatórios no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) com média 6,0 para os anos iniciais do EF; 5,5 para os anos finais do EF; e 5,2 para o ensino médio (EM). Tais metas estão interligadas na promoção de um sistema educacional mais inclusivo, focado tanto na melhoria do processo formativo quanto na equidade da Educação Básica. Ambas têm o objetivo de assegurar que os estudantes tenham acesso e permaneçam na escola, desafiando educadores a proporcionar a conclusão da Educação Básica e obter uma formação de qualidade.

Para a proposição e início da implementação dessa política educacional, o Ministério da Educação (MEC) já identificou problemas de diferentes naturezas que impactam os anos finais do EF, dificultando o alcance dos objetivos desejáveis do programa. Esses problemas encontram-se em diversas áreas como a necessidade de melhorar a infraestrutura escolar, garantir a formação e a capacitação contínua dos educadores além de promover estratégias eficazes de apoio aos alunos.

Além desses desafios, há dificuldades adicionais que ampliam a complexidade da implementação do Programa Escola das Adolescências. Uma delas é a coordenação entre estados e municípios, que exige um trabalho colaborativo entre as diferentes esferas de governo para garantir a implementação consistente e eficaz das políticas educacionais em todo o país. Sendo o Brasil um país de dimensões continentais, contando com 5.570 municípios, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), ele enfrenta obstáculos significativos na articulação dessa cooperação. A difícil tarefa das interações humanas também se reflete na escola indicando que é essencial que todos os profissionais – gestores, professores e equipes de apoio – compreendam não apenas as demandas acadêmicas dos pré-adolescentes, mas também suas necessidades psicossociais e emocionais, que são necessárias para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Há ainda, como destaque, a defasagem e desigualdade reveladas por meio dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Tal sistema é composto por um conjunto de avaliações coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e seus resultados fornecem dados essenciais para monitorar a qualidade da educação e subsidiar políticas públicas voltadas à melhoria da Educação no país. As análises dos resultados do SAEB refletem, numa perspectiva longitudinal, as disparidades regionais e socioeconômicas do Brasil.

Para reverter esse cenário, o Programa Escola das Adolescências apresenta um conjunto de estratégias que podem ajudar no alcance das metas estipuladas, como consta no Guia de Apoio às Transições e Alocação de Matrículas (2024). Entre as estratégias presentes no programa, destacam-se a valorização do potencial de aprendizagens dos estudantes e o apoio aos processos de transição entre as etapas da educação básica. Há também a estratégia de “instituir um currículo intencional, que amplia e articula diferentes experiências formativas na perspectiva dos letramentos, do desenvolvimento socioemocional e da autonomia intelectual” (Guia de apoio às transições e alocação de matrículas, 2024; p.5).



Essas estratégias, segundo o projeto, podem contribuir para enfrentar os desafios presentes nos anos finais do EF, especialmente no 9º ano, uma etapa em que os estudantes passam por transições significativas em termos de desenvolvimento cognitivo, psicossocial e acadêmico. Nesse contexto, é necessário investigar como práticas intencionais influenciam o processo de ensino e aprendizagens, oferecendo uma base para intervenções pedagógicas mais eficazes. É nesse cenário que o presente artigo se insere contribuindo com o debate e buscando realizar uma revisão na literatura voltada a essa fase escolar.

Desse modo, o objetivo deste artigo é realizar uma revisão sistemática com foco em pesquisas que tenham como centro de interesse os anos finais do EF, com ênfase especial no 9º ano. Pretende-se não apenas mapear os estudos existentes (Teses e Dissertações), mas também compreender as abordagens teóricas e metodológicas que têm sido empregadas para investigar essa faixa etária. Além disso, busca-se identificar as principais temáticas abordadas como desenvolvimento cognitivo, aspectos psicossociais, desempenho acadêmico, transição para o ensino médio etc.

O artigo se organiza em diferentes partes. Na introdução, contextualizamos a criação do programa através da Portaria nº 635/2024 do Ministério da Educação (MEC), detalhando seus objetivos, metas alinhadas ao Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e os principais desafios enfrentados na sua implementação.

No referencial teórico, explora-se as características dos estudantes dos anos finais do EF, situando-os numa fase de transição, a pré-adolescência, afetadas por diferentes contextos - familiares, culturais, sociais e outros. A metodologia descreve o processo adotado para a realização da revisão sistemática, incluindo os critérios de seleção das pesquisas, as bases de dados utilizadas e as abordagens metodológicas para as análises. Na discussão dos resultados são descritos os achados da revisão, destacando as temáticas predominantes nas pesquisas sobre os anos finais do EF, com foco no 9º ano, bem como as naturezas das pesquisas realizadas, como estudos quantitativos, qualitativos e mistos. Também são interpretados os resultados à luz das metas do PNE e das estratégias propostas pelo Programa Escola das Adolescências, refletindo sobre as implicações para a prática educativa. Por fim, nas considerações finais, busca-se sintetizar os principais pontos abordados, identificar lacunas na literatura existente e sugerir direções para futuras pesquisas.

2 Referencial teórico

No Brasil, o EF tem duração de nove anos, sendo dividido em dois ciclos distintos, porém complementares: anos iniciais (do 1º ao 5º ano) e anos finais (do 6º ao 9º ano) atendendo crianças e adolescentes dos 6 aos 14 anos. Durante esta etapa de formação, os estudantes dos anos finais passam por mudanças físicas, cognitivas e emocionais significativas (Fonseca, Ozella, 2010; Assis *et al* 2003), indicando a importância de estudos relacionados a essas mudanças, mas também a forma como esses adolescentes são compreendidos em diferentes contextos. Isso implica afirmar a importância de estudos que focam na legislação que regulamenta e legitima essa etapa educacional refletindo sobre a visão que permeia as políticas voltadas para essa faixa etária.

Além disso, é essencial reconhecer as críticas ao modelo biomédico predominante, como apontado por Peres e Rosenburg (1998). Esses autores apontam como o modelo biomédico é predominante no discurso da saúde pública onde é considerado um padrão de adolescente, caracterizado pela condição de vulnerabilidade, definido pela epidemiologia. “Isso significa dizer que, neste modelo/paradigma, se desconsideram a vivência e significação dos



processos de construção dos sujeitos em geral, e, neste caso específico do adolescente, tratam-se, de forma homogênea, as questões que envolvem um determinado grupo de pessoas” (Fonseca, Ozella,2010; p.412).

Ainda segundo Peres e Rosenburg (1998), o modelo biomédico da universalização e naturalização da adolescência, considera essa uma etapa de transição entre a infância e a idade adulta, entendendo como natural e universal esta mudança, “independentemente das condições concretas de existência do sujeito” (Fonseca, Ozella,2010; p.412). Segundo esse pensamento, entende-se a adolescência como uma etapa de um processo em construção, onde cada indivíduo vivenciará esse processo de uma maneira única, “influenciado pelas “suas interações sociais, [...] e da significação que as mudanças biológicas têm ou tiveram” (Fonseca, Ozella,2010; p.413). Rechaçando a ideia do patológico,

no sentido de que não vivenciar as mesmas coisas que outro adolescente - por exemplo, a chamada crise da adolescência – pode ser saudável, possibilitando que cada um seja sujeito de sua própria história, capaz de fazer suas escolhas dentro de suas possibilidades objetivas e subjetivas, desenvolvendo uma autoconsciência e autonomia diante do contexto (Fonseca; Ozella, 2010, p.413).

O 9º ano em destaque

O Projeto de Lei (PL) nº 3.675-B/2004, que alterou os artigos 29, art. 30, inciso II, art.32, *caput*, e art. 87, § 2º e § 3º, inciso I, da Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), “dispondo sobre a duração mínima de 9 anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade.” (Brasil, 2005, p.1), criou o 9º ano do EF.

Após a aprovação do PL nº 3.675/ 2004, altera-se o artigo 32 da LDB nº 9.394/1996, que passa a ter a seguinte redação: “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:[...].” (Brasil, 2006)

O artigo 6º da LDB nº 9.394/1996 nos seus §2º e §3º, inciso I, do art. 87, também sofre modificação, passando a ser:

§ 2º O Poder Público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para os grupos de seis a quatorze anos e de quinze a dezesseis anos de idade. (NR)

§ 3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá: I – matricular todos os educandos a partir dos seis anos de idade no ensino fundamental;” (Brasil, 2005).

O processo de implantação do PL nº 3.675/ 2004 foi cercado de muitos debates entre os teóricos da educação nacional, debates que se estenderam entre secretários da educação de estados e municípios que precisaram reorganizar as escolas de suas redes para se adequarem a esse novo modelo. Todavia, os desafios para a implantação do PL nº 3.675/2004, iam além das questões estruturais das escolas. Todos os profissionais das escolas, gestores e funcionários, principalmente, as equipes docentes, precisaram se adequar para receber esse novo público de 6 anos em suas salas de aula, o que demandou um esforço significativo em estudo e formação contínua.



Apesar de as redes de ensino e escolas terem tido até o ano de 2010 para se adequarem a esse novo formato de EF, agora com crianças a partir de 6 anos, o que aconteceu foi uma “corrida” para adesão a esta proposta por parte de estados e municípios. Deixando de considerar se todas as escolas e professores estavam preparados para assumir tal mudança, reflexão necessária para ser uma ação deliberada e planejada com o objetivo não de chegar primeiro, mas, “de preferência, chegar juntos e na melhor condição possível, para uma largada coletiva da educação rumo a tempos melhores”. (Gorni, 2007, p.71)

Insistindo na precocidade da implantação da PL nº 3.675-B/2004, Gorni (2007) ratifica que as escolas precisariam ter as condições necessárias para tal implantação e a garantia dada pelos estados e municípios para consegui-las; condições essas que requerem além de mais recursos para a educação, como também planejamento para que tais condições possam ser viabilizadas nas escolas de todo país dentro do prazo estabelecido por lei.

Favero *et al* (2017) discorrem sobre os aspectos legais da inclusão da criança de 6 anos no ensino fundamental levantando mais questionamentos, como por exemplo, o distanciamento entre a política educacional e a prática pedagógica. Ratifica os autores que a inclusão da criança de 6 anos no primeiro ano do ensino fundamental tem como objetivo aumentar as oportunidades de aprendizagens para estas crianças, sendo este período de escolarização obrigatório, como também assegurar que as crianças de 6 anos continuem os estudos e alcancem um maior nível de escolaridade.

Ainda segundo os autores, o Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172, 2001) prega a inclusão, em especial, de crianças de 6 anos que estão fora da escola por diferentes fatores sociais e econômicos e, para que esta inclusão aconteça como prevê a lei, era necessário dar conta do atendimento integral e com qualidade, de outra forma, poderia “acabar por antecipar o fracasso escolar por não atender as suas necessidades, uma vez que se operam mudanças na lei, mas a criança de seis anos continua sendo a mesma com relação ao que é específico dessa faixa etária”. (Favero, 2017, p. 398)

Considerando o processo de implantação da Lei do EF de 9 anos pode-se afirmar que foi bem conturbado. Isso porque alguns Estados não cumpriram com a data de corte estabelecida na Lei que era de aceitar crianças que completassem 6 anos até 31 de março, matriculando crianças com 5 anos, através de liminares judiciais. Chamado para validar essa antecipação da data de corte, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2014) emitiu parecer contrário à matrícula de crianças com 5 anos no ensino fundamental por considerar “extremamente preocupante a sua submissão a processos avaliativos que implicarão, em última instância, decisões sobre sua ‘progressão’ em relação ao nível de ensino”. (Favero, 2017, p. 399).

No contexto do EF de 9 anos, as avaliações de larga escala – SAEB, Prova Brasil e o Ideb – se constituíram como importantes instrumentos para mensurar alguns aspectos dessa etapa do ensino e da Educação Básica em geral. É baseado nessas ações avaliativas que o governo federal junto aos estados e municípios podem acompanhar o desempenho dos estudantes, como também obterem subsídios para a formulação de políticas públicas educacionais.

Passados dezessete anos da Lei do EF em 9 anos, as pesquisas baseadas nos resultados das avaliações de larga escala e nos índices do Ideb apontam que os desafios para a melhoria da qualidade da educação no país só aumentaram, principalmente no segmento dos anos finais EF, onde o desempenho em áreas de língua portuguesa e matemática ainda precisa ser aprimorado para o atingimento das metas propostas.



Quem são esses pré-adolescentes?

Para o estudo em questão, faz-se necessário conhecer melhor esse pré-adolescente que é atendido pelos anos finais do EF. Tomaz (2014) estudou o fenômeno dos *tweens*, termo de origem inglesa, que caracteriza “as crianças que começam a aderir a práticas sociais e culturais que lhes permitem experimentar novas formas de ser e estar jovem no mundo” (p.178).

Foi na segunda metade do século 20, que a adolescência passou a ser caracterizada como uma faixa etária que apresentava um modo específico de agir, viver, vestir-se e relacionar-se. A partir daí, as juventudes passaram a ser objeto de estudo de várias áreas do conhecimento: Sociologia, Medicina, Pedagogia, Psicologia, como também foi alvo de interesse das políticas públicas e da imprensa. A *juvenilização* (Morin, 2005) pela qual passou as sociedades modernas promoveu as juventudes como um ideal de vivência, de experiência e de ser.

Os *tweens* ou pré-adolescentes, segundo Tomaz (2014), são meninos e meninas que são impelidos pelas práticas sociais midiatisadas a negar as práticas da infância e aderir a modos jovens de existir e estar no mundo, como também a assumir um comportamento ditado por meio do consumo de bens materiais e simbólicos.

Para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, no seu Art. 2º, adolescente é a pessoa entre doze e dezoito anos de idade, a qual é assegurada todos os direitos inerentes à pessoa humana “a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”, como dito no seu Art. 3º. Para os estudos de Ferreira, Gouveia e Cohn (2022), a pré-adolescência, não se pauta pela faixa etária de 12 a 18 anos, como preconiza o ECA (1990). Para os autores, concordando com Fonseca, Ozella, 2010; Assis *et al* 2003, trata-se de um período de vida que compreende outros fatores, para além da idade, causadores de intensas transformações biológicas, sociais e culturais associadas no âmbito da escola.

Segundo Knobel (1981) existe um conjunto de características que definem o pré-adolescente:

- 1) busca de si mesmo e da identidade;
- 2) tendência grupal;
- 3) necessidade de intelectualizar e fantasiar;
- 4) crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até o misticismo mais fervoroso;
- 5) deslocalização temporal, em que o pensamento adquire as características de pensamento primário;
- 6) evolução sexual manifesta, desde o autoerotismo até a heterossexualidade genital adulta;
- 7) atitude social reivindicatória com tendências anti ou associais de diversa intensidade;
- 8) contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta, dominada pela ação, que constitui a forma de expressão conceitual mais típica deste período da vida;
- 9) uma separação progressiva dos pais;
- e 10) constantes flutuações de humor e do estado de ânimo (Knobel, 1981, p. 29).

Corroborando com as características dos pré-adolescentes elencadas por Knobel (1981), Ferreira, Gouveia e Cohn (2022) afirmam que eles, os pré-adolescentes, serão mais bem compreendidos no contexto da sociedade em que vivem, pois “indivíduo e sociedade são indissociáveis”. Este pensamento encontra eco em Alarcão (2011) que considera a escola “lugar privilegiado para as iniciações, as sistematizações e o estabelecimento de relações estruturantes e discussões críticas”. (p.33)



3 Metodologia

A revisão de literatura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de qualquer pesquisa acadêmica, servindo como base para a construção de uma contextualização e a definição de seu referencial teórico. Segundo Vosgerau e Romanovski (2014), essa etapa possui dois propósitos principais: fornecer o contexto necessário para entender o problema de pesquisa e explorar as possibilidades já presentes na literatura para a formulação de conceitos e abordagens teóricas. No caso desta pesquisa, que foca os anos finais do EF, a revisão bibliográfica buscou mapear as principais abordagens que têm sido empregadas no estudo dessa faixa etária. Essa revisão também permitiu uma análise crítica das produções acadêmicas favorecendo a identificação de lacunas e a construção de um referencial teórico que guiará a investigação, garantindo maior consistência e relevância a uma dissertação que está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação.

Assim, através da consulta às bases de dados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), foram selecionados trabalhos acadêmicos, elaborados na área da Educação, que exploram estudos sobre os anos finais do EF. Nesse sentido, um dos critérios de seleção definido para essa busca foi que, ao final da pesquisa, fossem selecionados trabalhos acadêmicos que possuíssem em seus títulos o descritor “anos finais ensino fundamental”. Essa exigência indica que o foco nos anos finais dessa etapa da educação básica foi considerado central para o desenvolvimento das análises críticas apresentadas nas pesquisas. Além de evidenciar o reconhecimento dessa fase específica como uma dimensão essencial dos estudos, esse critério também revelou que os pesquisadores buscaram compreender as particularidades dos desafios e oportunidades educacionais enfrentados por estudantes dessa faixa etária. A presença explícita do termo nos títulos sugere que o contexto dos anos finais do ensino fundamental serviu não apenas como um ponto de partida, mas também como uma lente que orientou a formulação das perguntas de pesquisa, a metodologia e a interpretação dos resultados.

Para realizar a busca por esses trabalhos acadêmicos foram previstas as explorações iniciais considerando 4 descritores booleanos. São eles: 1) “anos finais ensino fundamental”; 2) “estudante” AND “anos finais ensino fundamental”, 3) “Prova Brasil” AND “anos finais ensino fundamental” e 4) “avaliação de larga escala” AND “anos finais ensino fundamental”.

A partir das buscas desses descritores foram encontrados um mil, quinhentos e oitenta e quatro (1584) trabalhos produzidos em programas de pós-graduação (Educação, Letras, Ensino em Educação Básica, Ensino de Ciências e Matemática e Matemática em Rede Nacional) realizados em diversas Instituições de Educação Superior do país. Visando restringir o cenário e o volume de informações, foi estabelecido um recorte temporal de cinco (05) anos abrangendo o período de 2019-2023, como também os programas de pós-graduação na área de Educação (Mestrado e Doutorado), na grande área de Ciências Humanas.

O recorte temporal de 2019 a 2023 justifica-se pela necessidade de garantir a atualidade das produções analisadas, considerando que o Programa Escola das Adolescências foi instituído em 2024. Dessa forma, optou-se por privilegiar estudos recentes que forneçam subsídios consistentes para compreender os desafios e perspectivas dos anos finais do ensino fundamental, especialmente do 9º ano.

Ao considerar apenas um descritor booleano “anos finais ensino fundamental” foram encontrados um mil, quatrocentos e sessenta e oito (1.468) trabalhos acadêmicos. Ao refinarmos a pesquisa, selecionando a grande área de concentração Educação, usando o recorte temporal estabelecido (2019-2023), consideramos sessenta e seis (66) trabalhos que se resumiram em dois (2) estudos desse universo, após uma leitura mais detalhada do resumo, sumário, introdução e conclusão dos trabalhos, defendidos em programas de pós-graduação de



Educação – mestrado acadêmico (646) e mestrado profissional (576). Ressalta-se que não foi detectado nenhuma tese dentre os trabalhos apresentados.

Ao utilizarmos os dois descritores “estudante” AND “anos finais ensino fundamental”, foram encontrados cento e dezesseis (116) estudos no banco de dados da Capes. Ao refinarmos a pesquisa, utilizando o recorte temporal (2019-2023), selecionando o Programa de Pós graduação em Educação (Mestrado e Doutorado), grande área de concentração Educação, restaram oito (oito) estudos. Para definirmos o trabalho que atendesse de melhor maneira os critérios de interesse da pesquisa, seguimos o mesmo procedimento explicitado no parágrafo anterior.

Ao considerarmos os descritores “Prova Brasil” AND “anos finais ensino fundamental” foram encontrados nove (9) estudos. Ao refinarmos a pesquisa, utilizando o recorte temporal (2019-2023), selecionando o Programa de Pós graduação em Educação (Mestrado e Doutorado), grande área de concentração Educação, decidimos por um (1) estudo que foi considerado para esse trabalho de revisão após seguirmos o mesmo trajeto metodológico de seleção de estudos acadêmicos apresentado nos parágrafos acima.

Por fim, quando utilizamos os descritores “avaliação de larga escala” AND “anos finais ensino fundamental”, o resultado da busca indicou dez (10) trabalhos acadêmicos que se restringiu a um (1) estudo a ser considerado para esse estudo de revisão após aplicarmos o percurso metodológico: leitura do resumo, sumário, introdução, e de um capítulo de interesse e conclusão.

Ao somar os resultados das buscas tem-se a quantidade de um mil, seiscentos e três (1.603) dissertações apresentadas em diferentes programas de pós-graduação nos últimos cinco anos, abrangendo o período de 2019-2023, em Língua Portuguesa, sobre o tema “anos finais ensino fundamental” como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 – Resumo da Pesquisa por Trabalhos Acadêmicos no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Descritores booleanos	Resultados sem refinamento	Resultados após refinamento (temporal, programas, título, etc)	Resultados após refinamento (palavras-chave, leitura de resumo, introdução, conclusão)
“anos finais ensino fundamental”	1.468 Mest. Acad.(646) Mest.Prof.(576)	66 Mest(66) Dout(0)	2 2 (Mest.)
“estudante” AND “anos finais ensino fundamental”	116 Mest(116) Dout(0)	8 Mest (8) Dout (0)	1 (Mest.)
“avaliação de larga escala” AND “anos finais ensino fundamental”	10 Mest (10) Dout ()	1 (Mest.)	1(Mest.)
“Prova Brasil” AND “anos finais ensino fundamental”	9 Mest (6) Dout (3)	1 (Mest.)	1 (Mest.)
Total	1.603	76	5

Fonte: Tabela elaborada pelas autoras.



Quadro 1 – Trabalhos acadêmicos selecionados com foco nos anos finais ensino fundamental

Autor	Ano	Título	Tipo de Trabalho
Andrea Rossely da Fonseca Bezerra	2019	Distorção Idade-Série nos anos finais do Ensino Fundamental: O Caso da Rede Municipal de Ensino do Natal/RN	Dissertação
Roberval Angelo Furtado	2020	Análise e comparação dos Indicadores de Qualidade dos anos finais do Ensino Fundamental de duas unidades escolares da Rede Mun. de Ensino de Campo Grande-MS	Dissertação
Amanda Rosa Silva Pechiore	2022	Os parâmetros do ensino de História e a formação cidadã e do pensamento crítico do estudante do ensino fundamental anos finais	Dissertação
Vera Lucia Panisson Matucheski	2021	Avaliação em Larga Escala: Uma análise da diferença do Rendimento do IDEB dos estudantes dos 5º anos comparados aos 9º anos do Ens. Fund. em Língua Portuguesa	Dissertação
Lais Cardoso dos Santos	2022	Microdados da Prova Brasil/SAEB dos anos finais do ensino fundamental de Língua Portuguesa de 2019 em Sergipe: com a palavra o professor!	Dissertação

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras

Considerando os descritores propostos *a priori*:

Nos parágrafos que seguem, detalhamos o estudo de revisão realizado, seguindo a sequência de pesquisa exploratória através dos descritores booleanos selecionados na busca por trabalhos acadêmicos relacionados aos anos finais EF.

Estudos em “anos finais ensino fundamental” e “estudante e anos finais ensino fundamental”

Nesta aproximação foi encontrado um número considerável de produções acadêmicas um mil, quinhentos e oitenta e quatro (1584) títulos. Desta forma foi necessário concentrar a análise em publicações mais recentes, de 2019 a 2023, em programas de Pós Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado), como também concentrar o trabalho de revisão em trabalhos mais completos sobre o tema “anos finais EF”, objeto dessa revisão. Entre esses estudos merecem destaque as dissertações de Bezerra (2019) - Distorção Idade-Série nos Anos Finais do Ensino Fundamental: o caso da rede municipal de ensino do Natal/RN, Furtado (2020) - Análise e Comparação dos Indicadores de Qualidade dos Anos Finais do Ensino Fundamental de Duas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande e, Pechiore (2022) - Os Parâmetros do Ensino de História e a Formação Cidadã e do Pensamento Crítico do Estudante do Ensino Fundamental Anos Finais.

O estudo de Bezerra (2019) tem por objetivo analisar os fatores que impactam no fenômeno da distorção idade-série, na rede municipal de ensino do Natal/RN, sob a perspectiva de estudantes, de 15 a 17 anos, professores e coordenadores pedagógicos. É um estudo com abordagem qualitativa, que se fundamenta na teoria histórico-cultural de L. S. Vygotsky, e nas concepções de J. Dewey. Os resultados da pesquisa apontaram indícios de que a dificuldade de os alunos assimilarem os objetos de estudo dos componentes curriculares Matemática e Língua Portuguesa são as principais causas do atraso no fluxo escolar, gerando a distorção idade-série. Bezerra (2019) também aponta uma série de dificuldades surgidas durante o processo de alfabetização que irão interferir nas aprendizagens posteriores e acrescenta que é a ausência de ações efetivas para a correção de fluxo, nos anos finais do EF que contribui para a recorrência



da distorção idade-série. Uma outra constatação importante apontada pela autora com seu estudo é que existe uma imagem estigmatizada desses estudantes que parece impedir que sejam vistos como indivíduos capazes de ter sucesso escolar e se desenvolver como cidadãos.

Furtado (2020), no seu trabalho de dissertação, também com abordagem qualitativa, objetiva investigar a legitimidade dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no planejamento de ações pedagógicas em escolas que ofertam os anos finais do EF, da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande-MS, da qual foram selecionadas as escolas de maior e menor Ideb. Em sua pesquisa, o autor buscou investigar se: na elaboração e execução do projeto político-pedagógico, os professores, coordenadores e gestores conhecem e consideram o Ideb, com vistas à melhoria da qualidade da aprendizagem dos estudantes.

Em seu estudo sobre o EF no Brasil, o autor ratifica que a oferta dessa etapa da Educação Básica é bastante diversa, assim como a composição do nosso país. Todavia, é preciso considerar a “necessidade de se criar um novo modelo de referência ‘qualidade Escolar’, em que o ensino para todos possa significar, genuinamente, ‘ensino de qualidade para todos’” (Arelaro, 2005, p. 1048). Discorre ainda que é nesse contexto plural e diverso, característico do nosso país, que se situa a oferta do EF brasileiro,” que após se aproximar da universalização do acesso da população a essa etapa de ensino, lança as escolas, as redes e os sistemas de ensino na busca pela qualidade dos serviços educacionais prestados aos cidadãos” (p.29).

Um outro estudo de dissertação com abordagem qualitativa a ser apresentado é o de Pechiore (2022). Ele tem o objetivo de investigar de que forma o Ensino de História, proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), corrobora para uma educação crítica e cidadã no Ensino Fundamental anos finais. Em seu estudo através de documentos oficiais norteadores da educação - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – a autora busca investigar de que forma o desenvolvimento do pensamento crítico e a cidadania constam nos eixos do Ensino de História para, então, “identificar a noção de cidadania contida nos documentos educacionais oficiais e indagar o que concerne ao Ensino de História, nos anos finais do Ensino Fundamental, quanto à formação do pensamento crítico e da cidadania, a que serve a História na perspectiva de sua função social” (p.12).

Um aspecto que merece consideração, mas não foi mencionado nos estudos desta seção, diz respeito à transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental. Esse movimento representa uma mudança significativa na experiência escolar, pois os estudantes passam de um modelo no qual predomina a atuação de um único professor generalista para outro em que o ensino é organizado por diferentes componentes curriculares, conduzidos por educadores especialistas. Tal transição exige uma adaptação não apenas cognitiva, mas também emocional e social, uma vez que os adolescentes precisam lidar com múltiplas formas de organização pedagógica, distintas expectativas de desempenho e diferentes estilos de ensino. Ainda que este estudo concentre sua análise no 9º ano, reconhecer essa passagem é fundamental para compreender os desafios enfrentados ao longo dos anos finais, pois ela constitui a base sobre a qual se estruturam os percursos escolares que culminam no último ano dessa etapa.



Estudos em “avaliação de larga escala/Prova Brasil/” e “anos finais ensino fundamental”

Partindo para os estudos em “avaliação de larga escala/Prova Brasil/” e “anos finais ensino fundamental”, foram encontrados 19 trabalhos, dos quais destacamos as dissertações de Matucheski (2021) - Avaliação em Larga Escala: Uma análise da diferença do rendimento do Ideb dos estudantes dos 5º anos Comparados aos 9º Anos do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa – e Santos (2022) - Microdados da Prova Brasil/Saeb dos Anos Finais do Ensino Fundamental de Língua Portuguesa de 2019 em Sergipe: Com a Palavra o Professor!

O estudo de Matucheski (2021), com abordagem qualitativa, tem o objetivo de identificar e analisar os fatores que interferem, direta ou indiretamente, na apropriação dos conteúdos de Língua Portuguesa dos 19 estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental municipais e estaduais, respectivamente, da Cidade de Cascavel e do estado do Paraná. A autora utilizou dados da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), conhecida como Prova Brasil, de 2017, disponibilizados na página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e seus comparativos disponibilizados no Portal Academia QEd. A autora no estudo afirma que as avaliações em larga escala são avaliações externas que na educação têm o objetivo de avaliar, principalmente, a gestão das escolas e aferir a qualidade da educação. Continua afirmando que através das informações obtidas dessas avaliações “podem-se implementar ações para a melhoria da qualidade da educação e buscar oportunidades educacionais visando à equidade” (p.23).

No seu estudo de abordagem quantitativa, Santos (2022) buscou analisar os Microdados do questionário Saeb aplicado ao professor de Língua Portuguesa do 9º ano EF como um recurso norteador para reestruturar as ações educacionais na implementação de políticas públicas. Corroborando com a ideia de que é através das avaliações em larga escala que gestores, secretários municipais, diretores escolares e professores podem implementar, acompanhar e verificar o impacto das políticas públicas. A autora afirma que é através do Saeb que todos os que estão envolvidos no processo de avaliação educacional, do MEC até quem está na ponta, como gestores, professores e coordenadores, podem definir as “ações pertinentes à resolução dos problemas identificados, além de redirecionar recursos técnicos e financeiros através da elaboração de políticas públicas para as áreas necessitadas” (p.14).

Considerando os cinco trabalhos revisados percebe-se que: os autores (as) se debruçam na legislação da criação do ensino fundamental como um todo e, mais especificamente, dos anos finais. Dois estudos investigam o desempenho dos alunos de 9º ano EF em avaliações de larga escala e um desses trabalhos investiga a causa da distorção idade-série com estudantes dessa etapa de ensino. Apenas uma das dissertações não se aprofundou na temática do desempenho, avaliação de larga escala e causa da distorção idade-série nos anos finais EF, investigando o ensino de um componente curricular específico nessa etapa de ensino.

Constata-se que os estudos anteriormente mencionados apresentam lacunas no sentido de: 1) não relatarem as dificuldades dos professores dessa etapa da Educação Básica em usar a tecnologia em sala de aula, dificuldade comum aos professores de toda a Educação Básica; 2) em trabalhos pós pandemia do Covid-19, não são mencionadas as dificuldades encontradas pelos docentes, tão pouco pelos estudantes nesse período, como também a perda do tempo de aprendizagem dos estudantes, com ênfase nos anos finais EF, comprovada no Ideb de 2023; 3) nenhum trabalho revisado nesse estudo faz considerações acerca de como a escola se prepara – ou se se prepara – para receber os estudantes dos anos finais de agora e do futuro; e, por último, 4) não se encontra ponderações acerca do uso das avaliações externas como referência para medir o índice de qualidade da Educação Básica.



A utilização de avaliações externas como parâmetro de qualidade da Educação Básica tem sido alvo de críticas significativas na literatura acadêmica. Freitas (2012) aponta que a centralidade conferida a índices padronizados, como o IDEB, tende a induzir práticas pedagógicas voltadas ao treinamento para testes, em detrimento de uma formação integral. Afonso (2009) destaca que tais avaliações cumprem uma função de regulação social, orientando redes e escolas segundo parâmetros externos que muitas vezes desconsideram contextos locais. Saviani (2007), por sua vez, adverte que a redução da qualidade da educação a resultados de provas externas expressa uma concepção tecnicista, que obscurece o papel histórico e social da escola como espaço de formação integral. Nesse sentido, ainda que possam oferecer diagnósticos úteis, os resultados de avaliações externas devem ser analisados criticamente, reconhecendo tanto seu potencial informativo quanto seus limites para captar a complexidade dos processos educativos.

Cabe reconhecer que a produção de dados educacionais no Brasil, sobretudo a partir das avaliações externas em larga escala, privilegia majoritariamente os resultados em Língua Portuguesa e Matemática. Esse recorte disciplinar responde a uma lógica de mensuração voltada para a comparabilidade e para a responsabilização, mas acaba por limitar a compreensão da qualidade educacional a um espectro restrito do currículo. Tal ênfase, como destacam Freitas (2018) e Afonso (2009), está associada ao avanço de políticas educativas de orientação neoliberal, intensificadas no país a partir de 2016, que reforçam mecanismos de avaliação e controle em detrimento de uma abordagem integral da formação. Embora esta revisão tenha como foco pesquisas relacionadas ao 9º ano e dialogue com a centralidade que tais indicadores assumem no debate contemporâneo, é necessário reconhecer os limites desse enquadramento e a importância de considerar outros componentes curriculares e dimensões formativas para uma análise mais ampla dos anos finais do Ensino Fundamental.

4 Considerações Finais

O trabalho de investigação em busca de pesquisas qualitativas, quantitativas ou qualiquantitativas, com o objetivo de descrever e sistematizar estudos realizados entre os anos 2019-2023 sobre estudantes, anos finais do ensino fundamental, 9º ano e avaliações de larga escala, trouxe um maior embasamento acerca da temática pesquisada que será utilizada em futuro trabalho de dissertação.

Nessas considerações finais, reafirma-se a importância da investigação voltada aos estudantes do 9º ano do ensino fundamental, com enfoque nas avaliações de larga escala e suas implicações para a fase futura da Educação Básica, ou seja, o Ensino Médio. A pesquisa enfrentou desafios significativos ao buscar estudos que atendessem aos critérios específicos do tema, demonstrando uma lacuna acadêmica que justifica a relevância desta revisão. A ampliação da busca por novos descritores permitiu a análise de cinco dissertações que, de maneira mais precisa, contribuíram para o entendimento da temática e forneceram base para futuros estudos.

Finalizamos concluindo que o Programa Escola das Adolescências, Portaria nº 635/2024, desponta como uma política pública de educação de fomento à melhoria contínua da qualidade social, dos resultados de aprendizagem e da equidade educacional dos estudantes dos anos finais EF e que ações como essa precisam ser criadas e implementadas reforçando a necessidade urgente da diminuição da evasão e o aumento da qualidade da educação aconteçam de forma eficaz. Assim, este estudo não apenas aborda as lacunas identificadas na literatura existente, mas também propõe uma reflexão sobre as ações necessárias para fortalecer os



processos formativos de uma faixa etária que na contemporaneidade está em constante transformação, enfrentando desafios únicos e demandando abordagens inovadoras que garantam sua inclusão, engajamento e sucesso educacional.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional:** regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ALARÇÃO, Isabel. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva.** São Paulo: Cortez Editora. 2007.

ARELARO, Lisete. R. G. O Ensino Fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1039-1066, Especial - Out. 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/7nXm3mp4yxtGXTxzk34NY6p/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 12 set. 2025.

ASSIS, Simone G. *et al.* A representação social do ser adolescente: um passo decisivo na promoção da saúde. **Cienc. Saúde Colet.**, v. 8. n. 3, p. 669-80, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/yPzbPGpyRNGxrMpcyBtLb9j/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 12 set. 2025.

BEZERRA, Andrea Rossely da Fonseca. **Distorção Idade-Série nos Anos Finais do Ensino Fundamental:** o caso da rede municipal de ensino do Natal/RN 26/08/2019 Mestrado em Educação -Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal Biblioteca Depositária: BCZM/UFRN
<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28140> . Acesso em 18 de set. de 2025.

BRASIL, Agência IBGE Notícias.2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/> Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº. 3.675/04, de 24 de novembro de 2005. Dispõe sobre a expansão do Ensino Fundamental para 9 anos. **Legislação**, Brasília, DF, 2005. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=359053&filename=Avulso%20PL%203675/2004. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL, Escola das Adolescências. Guia de apoio às transições e alocação de matrículas. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-das-adolescencias/guia-de-apoio-as-transicoes-e-alocacao-de-matriculas.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 18 set. 2025.



BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 23 ago. 2025.

BRASIL. Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). **Diário Oficial da União**: Brasília, Presidência da República. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 18 set. 2025.

FAVERO, Eveline *et al.* O primeiro ano do ensino fundamental de nove anos: uma revisão teórica. **Psicologia Escolar e Educacional** [online]. 2017, v. 21, n. 3, p. 397-406. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/6HZC49VXdLprqMK8HzTXdLJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2025.

FERREIRA, Sandra Lúcia; GOUVEIA, Marco Aurélio da Cruz; COHN, Maria Cecilia Falcão Mendes. **Imagens e desafios da escola para pré-adolescente do ensino fundamental II: reflexões necessárias**. Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Coletânea: Representações Sociais e Educação: Letras Imagéticas, VI, 2022.

FONSECA, Débora Cristina; OZELLA, Sérgio. As concepções de adolescência construídas por profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF). **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 14, n. 33, p. 411–424, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/7ZjgqcPZY8qRHR8qK3zKVYH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 set. 2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200004>

FURTADO, Roberval Angelo. **Análise e Comparação dos Indicadores de Qualidade dos Anos Finais do Ensino Fundamental de Duas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande-MS**. 2020. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2764> Acesso em: 12 ago. 2025.

GORNI, Doralice Aparecida Paranzini. Ensino Fundamental de 9 anos: estamos preparados para implantá-lo? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [online]. 2007, v. 15, n. 54 pp. 67-80. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362007000100005>. Acesso em: 18 set. 2025.

KNOBEL, Maurício. Síndrome da adolescência normal. In: ABERASTURY, A; KNOBEL, M. (orgs.). **Adolescência normal**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1981. p. 24- 62.

MATUCHESKI, Vera Lucia Panisson. **Avaliação em Larga Escala: Uma Análise da Diferença do Rendimento do Ideb dos Estudantes dos 5º Anos Comparados aos 9º Anos do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa**. 2021. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2021. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/5674>. Acesso em: 18 set. 2025.



MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: neurose.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

PECHIORI, Amanda Rosa Silva. **Os parâmetros do ensino de História e a formação cidadã e do pensamento crítico do estudante do ensino fundamental anos finais.** 2022. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2022. Disponível em: <http://bdtd.ufmt.edu.br/handle/123456789/1296>. Acesso em: 12 ago. 2025.

PERES, Fumika; ROSENBURG, Cornélio P. Desvelando a concepção de adolescência/adolescente presente no discurso da saúde pública. **Saúde Soc.**, v.1, n.7, p.53-86, 1998.

SANTOS, Lais Cardoso dos. **Microdados da Prova Brasil/Saeb dos Anos Finais do Ensino Fundamental de Língua Portuguesa de 2019 em Sergipe:** Com a Palavra o Professor! 2022. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tiradentes, Aracaju, 2019. Disponível em: <https://openrit.grupotiradentes.com/>. Acesso em: 18 set. 2025.

SAVIANI, Dermerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

TOMAZ, Renata. A invenção dos tweens: juventude, cultura e mídia. **Intercom – RBCC**, v.37, n.2, p. 177-202, jul./dez. 2014. Disponível em <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2115/1823>. Acesso em: 18 set. 2025.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v14n41/v14n41a09.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

